

A PRESENÇA DE PAULO FERREIRA SANTOS

*Augusto Carlos Vasconcelos**

Introdução

É estranho o fascínio que a morte exerce sobre os vivos. Talvez seja um sentimento generalizado de culpa no que se refere ao apoio, à valorização, ao incentivo ao nosso semelhante, que poderia ter sido muito mais intenso e eficiente. Depois que sobrevém a morte, procuramos nos redimir, divulgando o que devíamos ter feito mais acertadamente em outras épocas. Depois da morte todos se movimentam fazendo homenagens, reproduzindo os trabalhos já publicados, imprimindo artigos inéditos, repetindo as idéias sempre faladas e nunca impressas. Pelo menos desta maneira, sempre tardia, se faz justiça aos grandes pensadores.

Domingo, 7 de agosto de 1988, foi um dia triste: falecia aos 84 anos, ainda lúcido e produtivo, um dos mais destacados profissionais da engenharia e arquitetura brasileiras. Não resistiu ao enfarte violento que lhe ceifou não só a vida, mas também numerosos trabalhos em andamento e “gigantescos planos de publicações futuras”. Os que tiveram a sorte de conviver com ele os últimos anos sabiam perfeitamente que aqueles planos eram irrealizáveis: eram projetos para ocupar toda uma vida de um incansável jovem trabalhador. Seus planos entretanto eram demasiadamente arrojados, sempre com ampliações e reavaliações. Muitos deles, quase prontos, não haviam ainda recebido sua aprovação para publicação, em consequência de exagerada autocrítica: era perfeccionista demais!

(*) Engenheiro consultor e ex-professor da Escola Politécnica, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (ambas da USP) e da Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie. Sobrinho de Paulo Ferreira Santos.

Paulo Santos nasceu no Rio de Janeiro, cidade que ele sempre amou e pela qual tinha admiração até as raízes do fanatismo. Era o ano de 1904, dia 27 de julho: Alice Cruz Santos, irmã do médico sanitarista Oswaldo Cruz, dava à luz seu último filho. Seu pai Samuel Ferreira Santos escolheu-lhe o nome: Paulo Ferreira Santos. Omitiu-lhe o sobrenome da mãe, como que antevendo o sucesso fantástico do tio, para não ofuscar-lhe o brilho. Paulo foi o último dos 5 filhos de Samuel e Alice, o único que se formou num curso superior. Este fato foi de primordial importância para a família Santos, tendo contribuído enormemente para sua independência econômica. O escritório que fundou com um colega de turma, com muita dificuldade, com alguma ajuda financeira de sua irmã viúva Dulcina Santos Vasconcelos, existe até hoje com a razão social "Pires Santos S.A.". Tendo falecido todos os participantes do escritório inicial, está atualmente sob a direção do Eng^o Sergio Pacheco dos Santos, filho do irmão que também tinha o nome do pai: Samuel.

Paulo Santos sempre foi muito estudioso. Sua estrela começou a brilhar desde o curso ginasial feito no Colégio Rezende, tendo entretanto prestado os exames finais no famoso Colégio Pedro II. Sempre apaixonado por desenho, história e arte, escolheu para prosseguimento dos estudos a Escola Nacional de Belas Artes, onde se formou em 1926 como "Engenheiro-Arquiteto". Obteve no final do curso o prêmio intitulado "pequena medalha de ouro" e foi escolhido como o orador da turma. Sua turma era denominada a turma dos "5 Paulos": Paulo Santos, Paulo Pires, Paulo Camargo, Paulo Antunes, Paulo Candiota. Com o segundo fundou em 1927 a construtora ainda em atividade. Contrariando o princípio básico que tem sido citado pelo historiador Pedro Carlos da Silva Telles, de que raramente as grandes firmas construtoras do Brasil sobrevivem à morte de seus fundadores, a "Pires Santos S.A." ainda é uma firma poderosa, eficiente e bastante conhecida no Rio.

Paulo Santos é um exemplo raro de estudioso, professor dedicado, intelectual e literato, autor de muitos livros, com simultâneo sucesso econômico. De fato, seu escritório projetou e executou numerosos edifícios de apartamentos em toda a cidade do Rio de Janeiro e obras famosas como a Escola Técnica do Exército, hoje Instituto Militar de Engenharia, tendo possibilitado aos sócios a formação de considerável patrimônio.

O professor

A atividade de Paulo Santos como professor começou bastante cedo. Minha mãe, Dulcina, contava-me que em nossa casa – quando ela enviuvou, foi morar com a mãe e com o irmão Paulo, ainda estudante – havia constantemente reuniões de colegas que vinham estudar e pedir explicações. Paulo Santos já mostrava tendências didáticas acentuadas e os colegas diziam que as explicações dele eram muito mais claras do que as do próprio professor da cadeira!

Já em 1930 fez concurso para professor de "Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombras" da Prefeitura do Distrito Federal, tendo sido classificado em 2º lugar, obtendo entretanto dois votos para 1º lugar. Lecionou no Curso

de Arte Decorativa, que era um curso de extensão universitária, as disciplinas de “Desenho Projetivo” e de “Perspectivas e Sombras”, no período de 1932 a 1935.

Em 1932, o Prof. Arquimedes Memória presidiu uma comissão de professores da Escola Politécnica formada para elaboração da reforma do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes. Havia nessa comissão dois arquitetos, um dos quais era Paulo Santos. A reforma feita entrou logo em vigor e permaneceu até a fundação da Faculdade de Arquitetura em 1945.

Continuando sempre dedicado aos estudos, decidiu prestar concurso em 1934 para a cadeira de “Construção Civil e Arquitetura” na então Escola Politécnica do Rio de Janeiro, hoje Escola Nacional de Engenharia. Foi classificado em 1º lugar, empatado com o então titular da cadeira, arquiteto Paladini. A escolha recaiu sobre Paladini, ficando Paulo Santos seu assistente, com título de Docente-Livre da Cadeira, até 1938.

Na Escola Técnica do Exército lecionou várias disciplinas durante 20 anos: “Perspectiva e Sombras” de 1935 a 1937; “Arquitetura” de 1934 a 1949; “Técnica da Construção” de 1937 a 1953. Em 1953 renunciou aos cargos de professor na ETE, para se dedicar, no magistério, exclusivamente à cadeira de “Arquitetura no Brasil”. Esta cadeira havia sido criada em 1946 na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, tendo sido então nomeado Paulo Santos catedrático interino. Sua efetivação só se deu em 1951, quando fez concurso, desta vez vitorioso. Sua tese foi “A Arquitetura Religiosa em Ouro Preto”, posteriormente publicada pela Kosmos sob a forma de livro.



Paulo Santos e sua esposa Maria Amélia em seu ambiente de trabalho na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro (1985).

A Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica convidou Paulo Santos para organizar junto com outros professores o Curso de Engenheiro Construtor em 1950, tendo então ingressado no quadro de seus professores, cargo que entretanto nunca chegou a exercer. Em 1953 renunciou a esse cargo ao mesmo tempo que renunciou também aos que ocupava na ETE. Declinou também do convite oficial que lhe fora feito para ocupar interinamente a cátedra de "Construção Civil e Arquitetura" na Escola Nacional de Engenharia, vaga com o falecimento do professor catedrático efetivo.

A cadeira de "Arquitetura no Brasil", atualmente regida pelo arquiteto Alfredo Britto, foi ocupada por Paulo Santos até sua aposentadoria em 28 de julho de 1969.

O construtor

Não é freqüente nos dias de hoje encontrar-se um arquiteto que se dedique igualmente ao projeto criativo de formas estruturais e se preocupe simultaneamente com os problemas executivos. Paulo Santos era um arquiteto com sentimento estrutural bastante desenvolvido. Era capaz de projetar um edifício de muitos andares e de desenhar no térreo, em escala, os pilares necessários à sustentação mais racional, com as dimensões estaticamente corretas. E o fazia sem qualquer avaliação numérica de cargas ou de esforços. Isto surpreendia os calculistas de seu escritório que afirmavam nunca ter tido necessidade de aumentar as dimensões que ele escolhera previamente!

O interesse de Paulo Santos estava em todos os elementos da construção: instalações elétricas, hidráulicas, de ar condicionado, acústica, impermeabilização. Somente para dar um exemplo: traduziu do inglês o livro de estampas de Louis J. Day – *Plumbing details* – e elaborou em português um texto não existente no original, completando o original e tornando-o muito mais útil para o engenheiro de instalações. Durante muitos anos este foi o único livro em língua portuguesa relativo às instalações hidráulicas em edifícios.

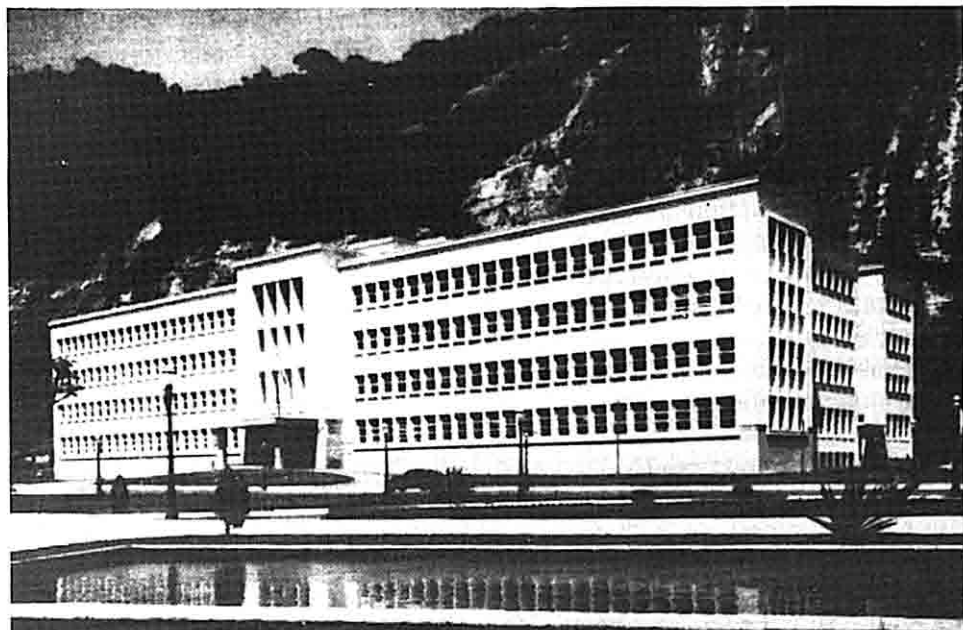
Quando me formei, inicialmente como engenheiro eletricitista, recebi de Paulo Santos, numa conversa familiar, uma verdadeira aula sobre instalações elétricas em edifícios, com informações sobre projeto e apresentação de desenhos executivos como nunca havia tido em todo o curso na Escola Politécnica de São Paulo. Suas explicações eram tão abrangentes e minuciosas, resolvendo problemas que podem surgir em instalações complexas, que me assombrava em receber aquelas informações todas de improviso, sem qualquer preparação prévia. E o assunto não era de sua especialização ou de suas aulas de arquitetura ou construção.

Quando terminei o ginásio e estava para me decidir sobre a profissão a seguir, recebi de Paulo Santos uma carta avultada, mostrando com uma clareza surpreendente o que era a Engenharia e suas especializações, de uma forma sintética e ilustrativa que permitiu-me sentir o significado dessa profissão, da importância do desenho como meio de comunicação de idéias, e da diferença entre a Engenharia e a Arquitetura. Esta carta, que guardo com muito carinho é um modelo de descrição e de esclarecimento.

No escritório, todos os problemas ligados à construção, inclusive aqueles que envolviam grandes dificuldades construtivas e perigo de desmoronamentos, envolvendo escoramentos, concretagem em presença de água, marcação dos eixos de referência no terreno, acesso de materiais em lugares di-

fíceis, distribuição de operários, eram tarefas sempre desenvolvidas por Paulo Santos. Com um raciocínio rápido e objetivo, não encontrava dificuldades que não conseguisse resolver.

Dentre as numerosas construções de que participou pessoalmente, aquelas que mais lhe agradaram foram o edifício da Escola Técnica do Exército (hoje IME), o prédio do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil), o CILOGEU no Passeio Público e diversas residências particulares.



Instituto Militar de Engenharia (antiga Escola Técnica do Exército), na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Projeto de Paulo Santos. Fotografia publicada in: AZEVEDO, Fernando de. *Brazilian culture*. New York, The Macmillan Company, 1950.

O arquiteto

Em sua atividade de construtor na firma “Pires & Santos”, Paulo Santos era obrigado a agir muitas vezes como empresário com muitas limitações no campo estético. Mesmo assim conseguiu, conforme salienta Mario Barata em “Importância de Paulo F. Santos” (homenagem prestada no IHGB em 13.9.88, a ser publicada no *Jornal do Comércio*), “conseguiu impor certa austeridade e dignidade formal nos projetos em que colaborou como arquiteto”. Para ele próprio, não eram os grandes edifícios de apartamentos ou escritório que mais o entusiasmavam e sim as obras pequenas como por exemplo a residência do Sr. Eloy Jorge em Santa Tereza, a residência do Sr. Holzmeister, o prédio do IHGB, para o qual fez de tudo, desde o projeto, a obtenção de recursos, a construção e a fiscalização, sem que qualquer menção disso tudo fosse feita na sessão de inauguração... Mesmo depois de aposentado e afastado da “Pires & Santos” estudou e acompanhou com muita

devoção, em trabalho inteiramente gratuito, a reforma da casa de Pedro Calmon, a quem muito apreciava.

Dentre as obras grandiosas só uma o entusiasmou: a Escola Técnica do Exército, com projeto exclusivamente seu. Nesta obra deu o máximo de si próprio procurando resolver todos os problemas nos seus mínimos detalhes e com grande dedicação.

As publicações

Sua primeira publicação foi a tese de concurso apresentada em 1949 à Faculdade Nacional de Arquitetura para sua efetivação, que só ocorreu em 1951, na cadeira de "Arquitetura no Brasil". O livro que resultou desse trabalho recebeu o título de *A arquitetura religiosa em Ouro Preto* e contém os levantamentos de quase todas as igrejas barrocas daquela cidade, feitos pessoalmente por ele em companhia de sua esposa Maria Amélia Motta Santos. O esforço dispendido na execução dessa obra foi realmente fantástico. Ao todo fez três viagens a Ouro Preto, sendo a primeira delas com duração de 41 dias quando, sem interrupção, desenhou de próprio punho detalhes de tudo quanto se possa imaginar, até mesmo de fechaduras, chaves, gonzos de portas, ornatos de madeira ou de pedra sabão, tesouras de telhado, janelas, candelabros, altares, etc. Nas outras duas viagens, apenas em fins de semana, completou alguma coisa que faltava e conferiu outros desenhos já mais elaborados. Maria Amélia, sempre muito solícita, teve para ele uma importância muito grande em todo o seu trabalho, tendo colaborado intensamente nas revisões de seus escritos. Frequentemente escrevia o que lhe ditava.

Quase da mesma época, possivelmente consequência de seus estudos para o concurso da cátedra, escreveu seu segundo livro: *O barroco e o jesuítco na arquitetura do Brasil* (1951).

A revista *Habitat* publicou oito artigos entre os anos de 1955 e 1957 com o título "A Arquitetura da Sociedade Industrial". Esses artigos foram reproduzidos em livro editado pelos alunos da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte. Este seu trabalho foi muito elogiado e eu pessoalmente insisti muito para que fosse publicado de uma forma mais elegante e expressiva. Constitui uma obra que mostra a evolução das estruturas, culminando com o aparecimento da estrutura independente. Todo estudante de engenharia deveria ler esta obra para compreender melhor aquilo que é ensinado de maneira menos ilustrativa nos cursos usuais. É a primeira obra onde aparece o surgimento das estruturas metálicas, como fruto da Revolução Industrial – cujos reflexos na Arquitetura ele expõe tão claramente –, a passagem para o concreto armado, de natureza tipicamente artesanal, tão apropriada ao Brasil, e o desenvolvimento do concreto armado com sua origem no Brasil com Hennebique e a firma alemã Wayss & Freytag. Foi o primeiro a escrever algo sobre os primórdios do concreto no Brasil, explicando com muita propriedade as razões fundamentais do grande sucesso desse material em nosso meio.

No Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros de Coimbra em 1963, apresentou dois trabalhos, publicados em Portugal nos volumes IV e V das Atas do Colóquio. Não apresentou pessoalmente os trabalhos, tendo Mario Barata solicitado a Pedro Calmon que o fizesse. Os títulos das duas comunicações são os seguintes: "Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus, em Portugal e no Brasil" e "Formação de cidades no Brasil colonial".

Em 1966 o Rio de Janeiro festejou os 400 anos de existência da cidade. O Jornal do Brasil editou um caderno especial de comemoração desta data, que saiu publicado em 9.12.65 com o título: "URBANISMO E ARQUITETURA – Palavras Introdutórias – A Era de Passos – Reação contra o Ecletismo: O Neocolonial – Antecedentes do Movimento Moderno – Influências de Le Corbusier – A Atualidade". O editor justifica com as seguintes palavras a escolha do autor: "Ao eminente mestre, Professor Paulo F. Santos, talvez o maior sabedor da nossa história regional nas suas relações com o urbanismo e arquitetura, confiamos a tarefa de elaborar este Caderno, destinado a oferecer aos leitores dos 400 Anos Memoráveis da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, uma visão retrospectiva, sobretudo correta, da obra realizada nesse setor, a partir da administração do Prefeito Pereira Passos, no Governo do Presidente Rodrigues Alves, quando se processou a primeira grande remodelação do antigo Município da Corte, sede do Império Brasileiro, depois Distrito Federal, e hoje Capital do Estado da Guanabara".

Estas palavras são suficientes para mostrar o conteúdo da publicação. Paulo Santos entretanto não se contentou com isto: transformou as 14 páginas do "Caderno" em um livro de 120 páginas, editado pelo IAB em 1981. Com o título *Quatro séculos de arquitetura* mostra com bastante clareza as três fases principais da arquitetura da cidade: período colonial, período imperial, período republicano. Sua ambição entretanto era maior ainda: pretendia transformar em livros separados cada um desses três períodos e ainda acrescentar um quarto, o período contemporâneo. Não obstante ter deixado muitas notas esparsas, nunca chegou a completar seu ambicioso programa.

O Museu Nacional de Belas Artes publicou em 1979 e 1981 dois livros com uma coletânea de diversos trabalhos onde a parte reservada à arquitetura foi preparada por Paulo Santos. O livro de 1979, *Século XIX: romantismo*, com 11 autores abordando poesia, pintura, música, teatro, escultura, etc., contém um interessante trabalho com apenas 16 páginas e muita profundidade: "A arquitetura no romantismo". Aborda as origens do movimento romântico e os estilos derivados desse movimento, tais como o neogótico, o neomanuelino, o neocolonial. De uma forma inteiramente original, mostra as sobrevivências românticas no movimento moderno e no manifesto regionalista de Recife.

No livro de 1981, com sete autores, com artigos dentro do mesmo espírito, Paulo Santos aborda o tema: "A arquitetura moderna e suas raízes". Começa mostrando com grande erudição o significado da Revolução Industrial, a influência da descoberta de um processo econômico para a produção do ferro (Darby), a descoberta da máquina a vapor com os melhoramentos introduzidos por Watt. É curioso que um arquiteto, acostumado a lidar com criações artísticas e composições, pare para pensar na influência de diversos inventos como a locomotiva e o barco a vapor, o telégrafo, o telefone, o automóvel e o aeroplano na modificação das composições arquitetônicas. Começou abordando as construções de ferro, começando pelo histórico do ferro, as pontes de ferro, as construções autônomas de ferro, a torre Eiffel, para chegar na arquitetura do ferro no Brasil. Passa em seguida a estudar os sistemas mistos de alvenaria e ferro na Europa, em Chicago, no Rio de Janeiro. De uma forma contínua, sem saltos, entra no histórico do concreto, concluindo: "Foi, de resto, através de estruturas – de ferro primeiro, de concreto armado depois – que a Era Industrial se acusou na nossa Arquitetura".

Antes de terminar faz ainda um retrospecto dos movimentos para harmonizar a arte com a indústria, repassando os grandes eventos internacionais: Arts Manufactures, Arts and Crafts, Art Nouveau, Jugend Stil, Sezession de Viena, L'Art Moderne, Escola de Glasgow, Escola de Barcelona, Machine Style. Mostra nesse apanhado geral no mundo um vasto conhecimento da matéria e sua repercussão no Brasil. Finalmente, apresenta a influência da vinda de Le Corbusier, a quem muito admirou, destacando os seus cinco pontos da nova arquitetura e sua participação no projeto do Ministério da Educação e Cultura, para ele o ponto de partida da Arquitetura Moderna no Brasil.



Paulo Santos em 1926, quando ainda estudante da Escola Nacional de Belas Artes.

O Comitê Brasileiro de História da Arte

Filiado ao "Comité International d'Histoire de l'Art-CIHA" de Paris, o CBHA foi fundado em 1972 com o objetivo do desenvolvimento da História

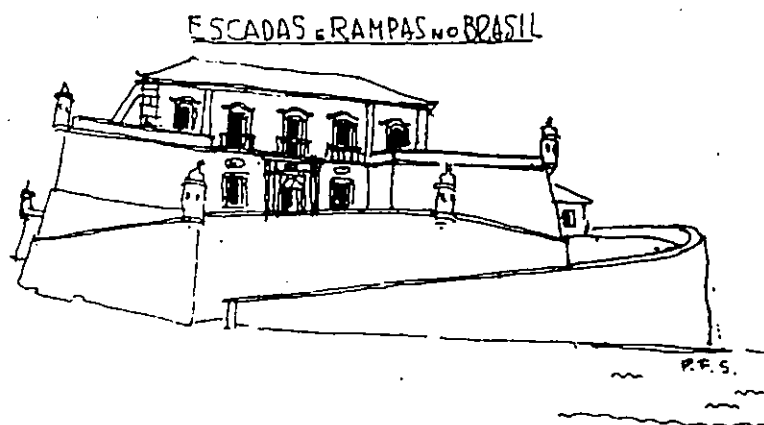
da Arte no Brasil, tendo em vista principalmente os estudos relacionados com nosso país. Tem em vista também aperfeiçoar os métodos de ensino e desenvolver a documentação. Realiza todos os anos um "Colóquio Nacional de História da Arte", a partir de 1975. Paulo Santos colaborou nesses colóquios em várias oportunidades:

1º Colóquio, 1975: "Constantes de sensibilidade do brasileiro", recentemente publicada também em revista de arquitetura com o título "Constantes de sensibilidade na arquitetura do Brasil".¹

3º Colóquio, 1977: "Direitos humanos – pela humanização da arquitetura e do urbanismo", publicada na *Folha de S. Paulo* em 14.7.77.

5º Colóquio, 1979: "O século XIX: a revolução industrial e a mecanização das artes". Foi publicada no Suplemento Cultural de *O Estado de S. Paulo* em 30.12.79.

No final do Livro *Quatro séculos de arquitetura* é citada ainda uma comunicação ao CBHA em 1975, que entretanto não figura no resumo "10 anos de atividades do CBHA": "Interação de passado e presente no processo histórico da arquitetura". Não sabemos se realmente foi apresentado tal trabalho, que pode ter ficado somente na intenção... Em 1978 o IHGB organizou o "Curso Varnhagen" reunindo três conferencistas: Pedro Calmon, José Honório Rodrigues e Paulo F. Santos. A conferência de Paulo Santos não foi publicada na Revista do Instituto porque ele tinha a intenção de publicá-la em livro. Entretanto, logo em seguida, no "2º Congresso Brasileiro de História da Arte" apresentou a comunicação: "Adoção do termo *manuelino* em arte por Varnhagen", com a explicação: Varnhagen, como historiador e crítico de arte, distinguido por estrangeiros, ignorado no Brasil. Nesta comunicação é profusamente documentada a atividade de Varnhagen como crítico de arte e como autor do termo *manuelino* na designação do que hoje co-



(1) In: ARQUITETURA REVISTA, Rio de Janeiro, FAU-UFRJ, v.6, p. 52-71, 1988. Os desenhos (feitos por Paulo Santos) que ilustram este texto foram reproduzidas a partir da referida Revista.

nhecemos por “estilo manuelino” em arquitetura, tomando como exemplo característico o do Mosteiro de Belém em Lisboa.

Vários escritos de Paulo Santos foram publicados em jornais de São Paulo, segundo informação direta do professor Walter Zanini, Presidente do CBHA, a quem devemos as informações prestadas sobre as múltiplas atividades do comitê.

As conferências e as bancas examinadoras

Muitas foram as conferências feitas por Paulo Santos, tendo em vista a comemoração de algum evento. Infelizmente a maioria destas conferências não foi publicada e nem mesmo escrita. Ficou entretanto registrado o assunto. Algumas delas são aqui mencionadas:

Na Escola de Belas Artes: “Adolfo Morales de los Rios, pai”, “Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho”.

Na Faculdade de Arquitetura da UFRJ: “Arquimedes Memória”. “Grandjean de Montigny”, “Heitor de Melo”, “Affonso Eduardo Reidy”.

Na Universidade do Brasil: “Culto à tradição” – aula inaugural na década de 50.

No Instituto Militar de Engenharia: “Engenheiros militares como arquitetos e construtores, no Rio de Janeiro” – aula inaugural em 1972.

No Instituto Histórico e Geográfico (IHGB): “Varnhagen, crítico de arte”, conferência no “Curso Varnhagen”, em 1978.

Também devem ser mencionadas, sem indicação do local: “Gastão Bahiana”, oração durante a cerimônia de inauguração de uma rua com o nome desse arquiteto; “Francisco Frias da Mesquita”, conferência sobre o autor do projeto do Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro.

Paulo Santos participou de muitas bancas examinadoras, tendo promovido Sílvia de Vasconcelos e Suzy de Mello em Belo Horizonte, Mario Barata no Rio de Janeiro e Paulo Camargo, seu colega de turma, em São Carlos. Neste último caso há um interessante episódio a contar: quando o eng^o Figueiredo Ferraz, que fazia parte da banca, ouviu a arguição de Paulo Santos, não se conteve e disse “tivesse eu sabido do brilho de seus comentários, teria renunciado ao meu tempo regulamentar em seu favor!”. Não é necessário dizer que Paulo Santos ficou tão encantado com Ferraz que nunca admitiu qualquer comentário sobre ele que não fosse altamente elogioso!

Saudades

Paulo Santos se foi. Possuía ainda muita vitalidade e uma imensa vontade de produzir. Seus planos eram maiores do que a idade avançada lhe permitia concretizar. Em sua cabeça, ainda muito lúcida, fervilhavam planos maravilhosos, não só para ele, mas também para todos aqueles que o rodeavam, incentivando todos a escrever. Sugeriu assuntos para cada um desenvolver e cobrava de todos a execução dos trabalhos. Morreu de enfarte, deixando saudades em todos os que o conheciam. Sua esposa Maria Amélia tem a impressão de que foi acometido do mal quando percebeu que seu físico não mais respondia aos seus anseios de colocar no papel a enciclopédia que pos-

sua em seus arquivos cerebrais. É uma lástima que se perca tão valioso patrimônio e tão numerosos escritos esboçados e aguardando sua infundável revisão, que só seria liberada quando estivesse perfeita. Mesmo incompletos, deveriam ser divulgados para que todos pudessem usufruir de seus sábios ensinamentos.

Descanse em paz, Paulo Santos, com a consciência tranqüila de ter deixado no papel muitas idéias, interpretações, diretrizes de vida e orientação para a juventude estudiosa e ávida de conhecimentos. A presença de Paulo Santos ainda está viva em todos aqueles que lêem o que ele escreveu: o Homem não morre quando o seu físico desaparece e sim quando suas idéias se esvaziam!

* * *

DISCURSO

*Pronunciado pelo Prof. Paulo F. Santos
como paraninfo da turma de arquitetos
de 1948 da Faculdade Nacional de Ar-
quitetura da Universidade do Brasil.*

Minhas Senhoras. Meus Senhores.
Meus prezados colegas, arquitetos de 1948.

Não sei que maiores honra e recompensa possa aspirar um professor, do que as que vocês me conferem, guindando-me a esta tribuna.

Nunca pus tão alto os meus sonhos.

Esta cerimônia festiva, aquecida pelos anseios da Mocidade que se apresta, impaciente, para a grande, a decisiva escalada, evoca-me, com uma força que não me deixa silenciar, uma tarde de junho, indelevelmente marcada, e para sempre, na minha lembrança.

Já lá vão 20 anos. Éramos seis que colávamos grau. Seis apenas, entre os quais Lucas Mayerhofer, Paulo Pires e eu, aqui presentes.

Nosso paraninfo de então, Archimedes Memória, também aqui se acha para tornar mais viva essa evocação. E com ele, Irineu Barboza, o modesto servente que varria as nossas salas de aula e que naquele tempo não passava de um menino, confidente, senão mesmo co-participante das nossas diabruras de moços.

Dos oito – caprichosa trama do Destino – cinco estamos aqui reunidos, como homenageados, pela mão de vocês.

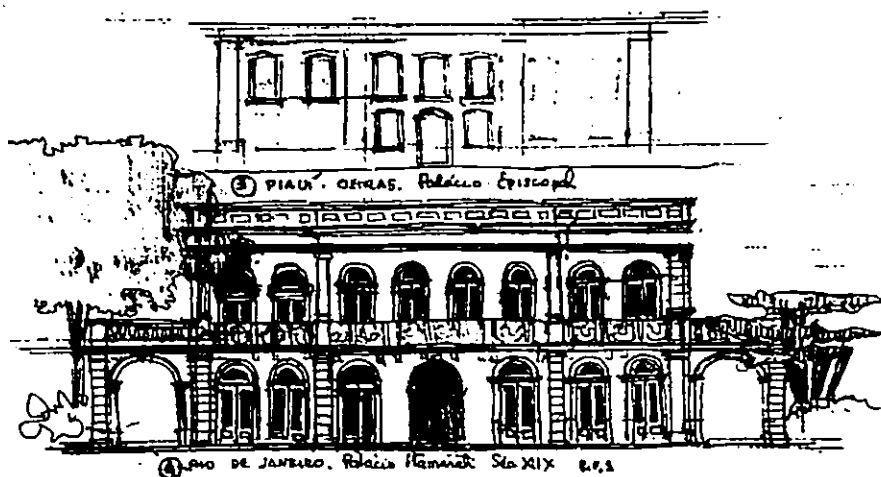
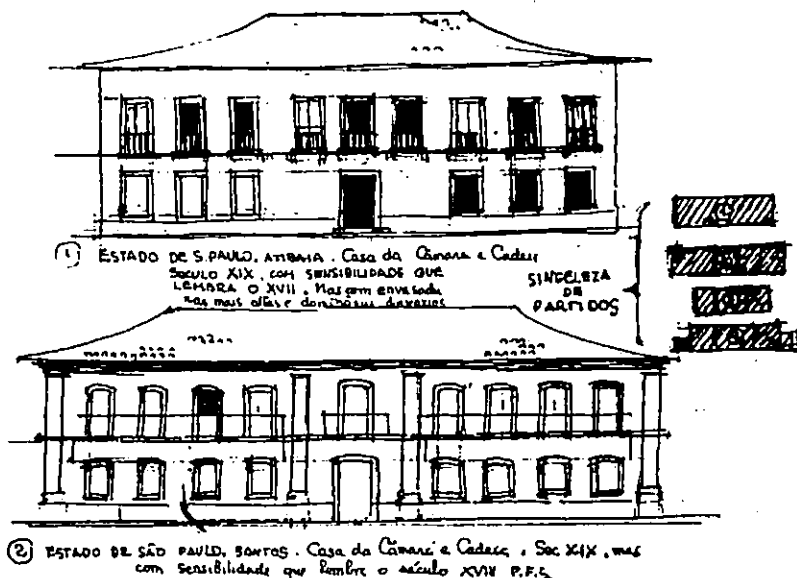
À homenagem justa e simpática que recebe Irineu, hoje Inspetor de alunos, é com emoção que junto a minha própria homenagem e o apelo para que promova a Faculdade os meios de efetivá-lo nas funções que tanto zelo e eficiência vem exercendo.

De Archimedes Memória, mestre insigne, pela importância dos seus ensinamentos, maior entre os maiores dos mestres do meu tempo, criador de uma mística de amor e respeito pelo Ensino e pela Escola, alma do nosso Curso, aquele que nos insuflou o fogo sagrado, alimento das nossas vidas de Arquiteto e Professor; de Lucas e Pires, azes da nossa turma, premiados am-

bos, com a grande medalha de ouro, dois exemplos incomuns de idealismo, competência, dedicação – mais que isso: de sacerdócio no magistério – desses três, a que me acho ligado há 28 anos por laços muito fortes de apreço, admiração e estima, e com um dos quais, Pires, atual Diretor da Faculdade, compartilho, há mais de 4 lustros, lado a lado, as mesmas pranchetas de arquiteto – desses três confesso-me vexado de estar a fazer o elogio, porque é como se eu estivesse a elogiar a minha própria família.

Essa constelação de homenageados se completa com os nomes estelares de Felipe Reis e Lúcio Costa, expoentes da Engenharia e da Arquitetura. Felipe, mestre eminente, cientista e filósofo, portador de uma das mais

SINGELEZA DA COMPOSIÇÃO E DE PARTIDOS



vastas culturas de que se orgulha a Faculdade, e cuja trajetória no magistério tem sido assinalada em rastros de luz; Lúcio, arquiteto dos maiores de nossa geração, pioneiro nos pelotões da vanguarda, escritor e crítico de alta envergadura, cujo nome já atravessou as nossas fronteiras e cuja obra constitui acervo dos mais preciosos para quem se dedique ao estudo da arquitetura presente e pretérita do Brasil.

Em meio a tantos luminares da Engenharia e da Arquitetura, a inclusão do modesto professor interino que lhes fala não é difícil de explicar e resulta menos do seu merecimento, que é tão pouco, do que da natureza da Cadeira – Arquitetura no Brasil – que lhe foi dada a lecionar. O que vocês queriam, e queriam com avidez, era ouvir falar no Brasil, através da sua arquitetura.

Outro fosse o professor a que tivessem confiado a Cadeira e, possivelmente, teria sido ele o premiado com a escolha.

À Faculdade, que a criou, cabe pois, por sem dúvida, o mérito principal no paraninfo com que vocês me distinguem e cabem também as primícias das palavras com que acaba de me galardoar o intérprete de vocês, Walter Goitacáz Cavalleiro, aluno dos mais destacados da turma, moço talentoso que, quer como estudante, quer como pessoa, soube se impor, desde os primeiros contatos, à minha admiração e estima.

Suas generosas palavras a meu respeito tocaram-me fundo. E o seu belo e eloquente discurso, rico de judiciosos conceitos sobre a nossa profissão, dá bem a medida do nível elevado da sua formação.

Todos vocês pertencem a uma geração preparada como não o foi a nossa, para compreender o Brasil. Preparada por estes últimos 20 anos, em que se cultuaram os nossos grandes mortos, se criaram organismos para preservar o nosso patrimônio artístico, se editaram, reeditaram e traduziram obras valiosas sobre o nosso país. Geração que, ao ufanismo dos primeiros anos do século, deformador da realidade brasileira e contra o qual tanto invectivava Silvio Romero, viu substituírem-se os estudos sérios e os ensaios de vulto – dos Gilberto Freyre, dos Fernando de Azevedo, dos Pedro Calmon, dos Caio Prado Júnior, dos Afonso Arinos, dos Werneck Sodré, dos Cassiano Ricardo, dos Tarquínio de Souza, dos Buarque de Holanda, dos Miran Latif e de tantos e tantos outros –, estudos e ensaios tendentes a conduzir a nação ao pleno conhecimento de si mesma e aos superiores desígnios do seu destino.

Por mim, muito me honro de que nessa corrente de pensamento, e no setor da minha profissão, me tenha sido cometida missão tão privilegiada, entre cujas mercês conto por mais bela, a de trazer-me a um convívio mais íntimo com as grandes sombras tutelares do nosso passado.

Jamais respiramos um clima tão propício ao culto da tradição nacional. O culto à tradição é a grande força dos povos fortes. É a consciência de que existe um patrimônio a zelar, superior às contingências efêmeras do momento. Consciência que é, ao mesmo tempo Freio e Estímulo. Freio contra fraquezas e desvios. Estímulo para acertos e progressos. E que enrija, que retempera.

O culto à tradição faz-se de compreensão e estima. Compreensão das coisas e gentes do passado. Aceitando-as como realmente são. Apreciando-lhes as qualidades sem ignorar-lhes ou denegrir-lhes os defeitos. Sem vesti-las de falsas roupagens. Sem deturpar-lhes o sentido profundo e humano.

Compreendê-las é o primeiro passo para verdadeiramente estimá-las.

Na Arquitetura, entre nós, o culto à tradição tem se manifestado, mais de uma vez, por tentativas de fazer reviver os estilos do passado.

Não há pior maneira de cultuá-lo do que essa de lhe andar a reproduzir as formas mortas, expressão de outras vidas e outras técnicas.

As formas evoluem, como evolui a técnica e evoluem as sociedades. Copiar as formas do passado é como querer voltar a esse passado. É como pretender paralisar ou apagar o Tempo.

As belas formas de antanho, as originais, as autênticas, com o passar dos anos adquirem cada vez mais prestígio e dignidade. Reproduzi-las nos novos edifícios – direta ou disfarçadamente, sob o rótulo de um pseudo-modernismo – é atentar contra essa dignidade, é enfraquecer esse prestígio.

Não só do passado se faz a tradição, mas do presente também, porque o que é hoje presente, já será passado amanhã.

A tradição não é coisa morta. Ao contrário: é força viva, quando vivo é o espírito do povo que ela perpetua.

A tradição marcha, e se alarga, e se enriquece de geração para geração. Acorada no passado, vive o presente e prepara o futuro.

É imprudente que como sói acontecer com frequência nos detenhamos diante das criações mais arrojadas dos nossos contemporâneos, para dizer que elas contrariam a nossa tradição. Ninguém nos poderá garantir que essas criações, por mais surpreendentemente novas, como forma, que elas sejam, não venham, depois de um processo mais ou menos lento de caldeamento, a ser assimiladas e definitivamente incorporadas à nossa tradição.

Mais do que a forma, o que importa à Tradição é o Espírito. É ele que traduz o fundo de sensibilidade dos povos e que se sobrepondo ao Tempo e à Moda, é o cunho que os individualiza e que faz, por ex., que, apesar das diferenças de estilo, um ensaio de Montaigne, uma comédia de Molière ou um romance de Flaubert sejam tão tipicamente franceses, quanto uma tragédia de Shakespeare, um poema de Shelley ou um romance de Dickens são britânicos, e *Os Sertões*, os *Urupês* e *Vida e morte do bandeirante* tão inequivocamente brasileiros.

O estudo da Arquitetura do passado, das formas por que ela se expressou, das influências que sobre ela se exerceram, das razões que lhe ditaram o aparecimento – sobre ter a finalidade de enriquecer a cultura desinteressada das novas gerações, tão marcadas de idéias práticas e utilitárias, tem est'outra, igualmente importante, ainda que mais sutil e impalpável: a de revelar o Espírito do povo e o fundo da sua sensibilidade.

É esse fundo da nossa sensibilidade de povo, reconhecível, com as mesmas características em períodos às vezes muito afastados no tempo, que faz, por ex., que uma Casa Grande de Fazenda de meados do séc. XIX: grandes massas, telhados sonolentos espreguiçando-se por sobre amplas alpendradas, capela de canto ou de fora, sala enorme com a mesa patriarcal, cozinha de convento, alcovas, camarinha – velha casa despretenciosa e simples, com o seu não sei quê de sincero, franco e acolhedor –, nos pareça, mesmo àqueles de nós que jamais moramos noutro lugar a não ser no nosso apartamento da cidade, como coisa familiar, muito nossa conhecida, como se nela houvéssemos nascido e vivido, como se nos tivéssemos sentado à sua mesa farta, dormido a sesta na rede que visualisamos estendida à sua varanda, ouvido as

cantigas de ninar menino das suas mães-pretas, brincado com os moleques das suas senzalas, rezado a S. Antonio na sua Capela.

O fundo de sensibilidade do nosso povo se tem manifestado, através dos tempos, na Arquitetura das nossas grandes casas de moradia, por meio de "constantes de sensibilidade": grandes volumes, de uma geometria simples, tranqüila; dominantes horizontais; sobriedade, quase monotonia; sem o exagerado jogo de massas, comum nas arquiteturas de outros povos; comedido em tudo que possa sugerir a idéia de graciosidade; preferência pelas soluções másculas, firmes, nítidas no traçado; ausência por assim dizer completa de preciosismos e garridices; riqueza de colorido.

Essas constantes – tão nítidas durante todo o período colonial e boa parte do imperial – quase desapareceram em fins do século passado e princípios do atual, sob o influxo de influências alienígenas, em que dominaram um ecletismo tumultuário e os mais esterilizantes e convencionais pastiches.

Foi em vão que alguns grandes brasileiros, diante dos quais nos descobrimos com reverência, movidos por um elevado ideal de brasilidade tentaram criar uma Arquitetura de cunho tradicional. O artificioso processo que utilizaram, de inspirar-se, para as suas obras, em formas mortas, apesar de implicitamente sancionado por um Congresso de Arquitetos, não poderia produzir, como de fato não produziu, os resultados que almejavam. E as "constantes" da nossa sensibilidade são dificilmente reconhecíveis nessas obras.

Menos ainda o são, na grosseira superafetação que caracterizou, entre nós a primeira fase do Movimento dito modernista, funcionalista, ou racionalista, em que, as mais das vezes, os "pilotis", as janelas de canto, os terraços e os indefectíveis basculantes, com ou sem propósito eram encaixados à força nas nossas casas, atribuindo-lhes um ar pernóstico, irresponsável, de todo irracional.

Mas isso constitui matéria de todo um capítulo da História da nossa Arquitetura, que não cabe aqui abordar.

Vale acentuar, porém, que apesar de tudo as "constantes" da nossa sensibilidade não desapareceram. Vencido o caos da fase de implantação do Movimento modernista, sedimentadas as idéias, que no fundo eram legítimas e sãs, aquelas "constantes" começaram a vir novamente à tona. A princípio timidamente, mas logo com inesperado vigor, em grande número de casas de residência, pequenos hotéis e edifícios de variados gêneros.

A estrutura independente de certo número desses edifícios, a planta livre, a fachada livre, que interpretam, numa concepção revolucionária as últimas conquistas da técnica, não impediram que essas "constantes" da nossa sensibilidade neles se tenham projetado.

O parentesco de Espírito entre muitos desses edifícios e as nossas Casas Grandes de Fazenda do século passado, derradeiros baluartes em que se refugiou, afastado das cidades, o Espírito tradicional da nossa Arquitetura – é patente e insofismável.

É a boa, a sã tradição que se acusa novamente.

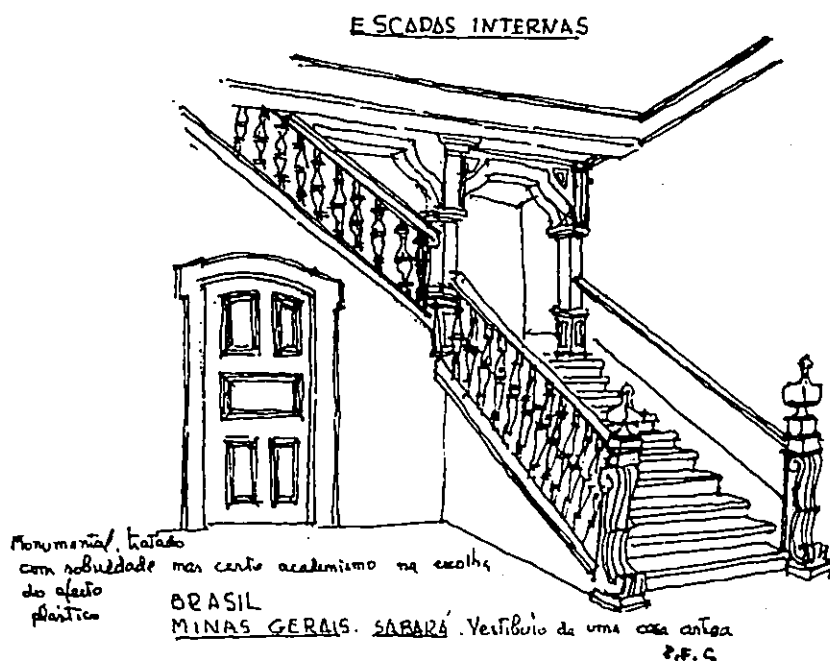
Curioso é que a revivescência das "constantes da sensibilidade nacional que se evidencia nessas obras faz-se muita vez à revelia dos próprios arquitetos que as concebem, em sua maioria partidários intransigentes de uma arquitetura de cunho internacionalista. É que o cunho internacionalista ou nacionalista de uma obra de Arquitetura e, num sentido mais geral, de uma

obra de Arte, não depende apenas da vontade do Artista. Há determinantes imponderáveis que se sobrepõem a essa vontade.

Toda obra de Arte, quando profundamente concebida (segundo os lapidares conceitos de Reinaldo dos Santos), tem múltiplas significações: “Exprime, primeiro, e antes de mais nada, uma emoção universal, um conceito de beleza susceptível de ser compreendido fora do âmbito restrito de uma nação. A arte não pode ser estreitamente nacionalista. Em segundo lugar, se é sincera, exprime, mesmo sem o querer, a sua época, porque reflete a corrente de civilização e cultura que a gerou. Em terceiro lugar, exprime a personalidade do artista, a sua visão da natureza e das formas, o seu conceito de proporções, luz e cor. Enfim, gerada no subconsciente da sua sensibilidade e da sua emoção, mesmo sem determinação intencional, o artista exprime, através dela a sua grei, a sensibilidade secular de sua raça”.

Que o cunho de brasilidade que venhamos a imprimir à nossa Arquitetura não seja nunca um objetivo procurado – objetivo que facilmente nos faria resvalar para mais uma tentativa neocolonial – mas, ao revés, um reflexo natural de estarmos integrados na nossa Civilização e na nossa Época, de sermos sinceros e honestos conosco mesmos e compreensivos para com a nossa terra e a nossa gente.

As idéias estreitamente nacionalistas para a nossa Arquitetura não se coadunam com o sentido eminentemente liberal da democracia brasileira, essa democracia colorida, em que tantos sangues se fundem num mesmo sangue, tantas crenças na mesma crença, essa democracia concebida, como diz Menotti del Picchia, na mais pura, mais vasta e mais humana das suas for-



mas, a fraternidade, isto é, a união, a solidariedade e a cooperação das criaturas numa comunhão na qual foram eliminados todos os preconceitos que dividem os homens.

Que esses conceitos assim largos e assim liberais sobre a nossa Arquitetura não sejam, porém, mal interpretados.

Eles não impedem que todos nós, brasileiros – brasileiros pelo sangue ou brasileiros pelo coração –, quer sejamos daqueles que podem exibir as insígnias dos 400 anos de planalto que fazem o orgulho de tantas estirpes ilustres, como a do autor de *Vida e morte do bandeirante*, quer sejamos, simplesmente, dos que, como o criador de *Juca Mulato*, ainda guardam, na retina ou no coração a lembrança recente das figuras de imigrantes dos seus pais, galopando nas ondas do mar em busca da terra livre das Américas, eles não impedem que tenhamos todos à nossa terra o mesmo amor que inspirou ao estilista sóbrio, elegante e enxuto que foi Alcântara Machado, essa rajada de lirismo que ele não pôde conter e que, para terminar, eu me permito de parafrasear para vocês, substituindo, nela, a figura regionalista “filho de S. Paulo”, pela figura maior “filho do Brasil”: Brasileiro sou, a 400 anos, diria Alcântara. Prendem-me ao chão de Piratininga todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais. A mesa em que trabalho, a tribuna que ocupo nas escolas, nos tribunais, nas assembleias políticas deitam raízes, como o leito de Ulysses, nas camadas mais profundas do solo, em que dormem para sempre os mortos de que venho. A fala provinciana, que me embalou no berço, descansada e cantada, espero ouvi-la ao despedir-me do mundo, nas orações da agonia. Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso.

* * *

DIREITOS HUMANOS – PELA HUMANIZAÇÃO DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

Comunicação ao Comitê Brasileiro de História da Arte reunido em São Paulo em 30 de julho de 1977.

Paulo F. Santos, 28 de julho de 1977.

01. A Bandeira dos Direitos Humanos não é reivindicação apenas de um Presidente, mas um anseio da nossa época, e, dada a natureza de suas cogitações curriculares, freqüente entre os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, o que pudemos constatar ao vivo, auscultando-lhes as aspirações, como relator das últimas Reformas do Ensino da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (1958 e 1968).

02. A expressão, no sentido em que é considerada, envolve valores sociais, morais e emocionais, que na Arquitetura e no Urbanismo têm sido reiteradamente proclamados por professores e profissionais, como algo que, desde a formação dos moços nas escolas, precisa ser atingido. Em todos os países – diz o professor SIEGFRIED GIEDION – a pergunta é a mesma:

“Como deve ser organizado o nosso treino para que possamos solucionar as tarefas sociais, morais, emocionais que nos cabe considerar?” E termina afirmando: “Uma reforma mundial no âmbito da educação e da arquitetura é uma necessidade”.

03. Os arquitetos LUIGI CONSEZA e ERNESTO ROGERS (este tomou parte no Júri de uma das Bienais de São Paulo), em Casablanca em 1959, usam de palavras candentes contra a Escola na Itália, os empreendimentos públicos e privados, o Urbanismo, a Construção. E apelam para posições concretas, assumidas com generosidade e modéstia.

04. O inconformismo atinge as fileiras dos CIAM, os famosos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, iniciados em 1928 no Castelo de La Sarraz, na Suíça, com temário de LE CORBUSIER, e cujas publicações – *Carta de Atenas* e outras –, por 30 anos orientaram os destinos da Arquitetura e do Urbanismo como a verdadeira Cartilha dos Tempos Novos, nos domínios dessas atividades.

Pois bem, na sua reunião em Waterloo, Holanda, em 1959, com a presença de 50 arquitetos e 20 nações, foi impossível encontrar entre os congressistas um denominador comum, que os unisse nos esforços por um mesmo fim. Até as noções de *moderno*, *passado*, *tradição*, e, em última análise e avaliação da realidade, perderam um sentido cultural suficientemente comunicável. Inúteis as explicações, as profissões de fé. A confusão era geral. Incapacidade de aceitação das contradições dialéticas que tinham sido o fermento da instituição no tempo feliz da sua história. Conclusão: os CIAM não tiveram outra alternativa a não ser a de fechar as suas portas, sendo relegados ao Museu. Ignoramos o que veio depois.

As grandes figuras do CIAM: LE CORBUSIER, GROPIUS, MIES VAN DER ROHE – para só referir os mais famosos – já morreram. Do lado de cá do Atlântico, FRANK LLOYD WRIGHT, embora não participasse do movimento dos CIAM, contribuiu para manter o clima, também morre aos 90 anos, como um carvalho imenso e frondoso, deixando na mata um claro que não foi ainda preenchido.

05. Acreditamos compreender (será?) – do alto e, já agora, de longe no tempo – o que se está passando: é que instituições do tipo CIAM não têm mais “vez” – para usar uma palavra de glória –, em nossa época. Instituições em que os Problemas Humanos não passam de um rótulo, porque em verdade elas só se preocupam com as soluções formalísticas. No caso da Arquitetura, o que dominou o panorama foram os 5 pontos de LE CORBUSIER: a *estrutura independente* (fato capital) e seus corolários: a *planta livre*, a *fachada livre*, os *pilotis*, o *terraço jardim*. No Urbanismo: a *Carta de Atenas* – *alta densidade em altura*, com baixa (pequena) ocupação do solo, etc.

06. As décadas 60 e 70 têm sido marcadas pelo repúdio a tais instituições. Em 1968 (fev.) mais uma prestigiosa Instituição fechou as portas, a HOCHSCHULE FUER GESTALTUNG, famosa escola de Ulm – cremos que a de (?) MAX BILL –, destinada a fazer *design*, isto é: projetos – como assim a produzir filmes, criar comunicações visuais, programar e fazer arquitetura, desenvolver teorias e preparar uma ciência do projeto. Pois bem, a HOCHSCHULE difundiu a notícia de que estava em procura de uma *pessoa*, uma *instituição*, uma *fazenda*, uma *cidade*, um *pais*, um *estado*, que lhe oferecesse asilo e lhe proporcionasse uma atividade produtiva com que levasse

avante o programa com que se iniciara. Não sabemos o que aconteceu depois. Não nos consta que na Europa tenham sido tomadas medidas objetivas, concretas para humanizar a Arquitetura e o Urbanismo; em outras palavras – para nos colocar em uníssono com o problema do momento, e considerar os DIREITOS HUMANOS também dos usuários da Arquitetura e do Urbanismo. Isso só aconteceu – não foi por acaso que a JIMMY CARTER coubesse desfraldar a bandeira – nos Estados Unidos da América do Norte. Enquanto os estudantes da Europa continuavam a deblaterar, a fazer greves, a deprender, como faziam os nossos estudantes anteriormente a 1964, eles, os dos E. Unidos, agiam.

07. Sob a inspiração de PAUL DAVIDOFF, um urbanista convertido à Sociologia, criaram um movimento denominado *Advocacy Planning*, que, a partir de 1964, articulou uma grande variedade de aplicações no campo social. Todos os *ADVOCATE PLANNERS* têm um princípio em comum: estão a serviço de uma nova clientela (que muitos chamam *constituency*) formada das classes pobres, que procuram URBANIZAR: dos NEGROS e do GRUPO MINORITÁRIO que têm ficado à margem do renascimento urbano. Os arquitetos do Movimento, preparavam os seus estudos no mais esqualido GHETTO metropolitano, trabalhavam com os pobres e para eles, utilizando inclusive fundos do Governo e em outros casos, das Universidades.

08. Outro exemplo: dois professores do Instituto de Arquitetura CARNEGIE-MELLON, de Pittsburg, instalaram seu escritório na Hill, o quarteirão negro. A escola os financiava parcialmente e os estudantes recebiam um certificado válido ao fim do Curso Acadêmico. Escopo de WEST: a *JUST ARCHITECTURE* (a ARQUITETURA JUSTA).

09. Mais outro exemplo: o grupo ARCH (*Architects Renewal Committee em HARLEM*): 15 membros regularmente empregados, dos quais 3 arquitetos – inclusive o diretor MAX BOND. Não projetavam edifícios, não se ocupando de arquitetura no sentido estreito. Era uma organização inteiramente NEGRA, financiada pelo Governo e entidades comunitárias, e que agia sobre a POLÍTICA, defendendo, patrocinando, advogando o interesse do cliente. *Somava posição em todos os programas de intervenção na ZONA DO HARLEM.*

10. Ainda mais outro exemplo, a UPA (*Boston Urban Planning Aid*), constituída de arquitetos, sociólogos e urbanistas de HARVARD e do MIT. Incluía assistentes sociais e antropólogos. Um único membro (não arquiteto) era empregado o tempo integral. Os outros eram voluntários. Defendia os pobres, os negros, os grupos progressistas da pequena burguesia, concentrando a polémica contra os projetos da *Boston Development Authority*.

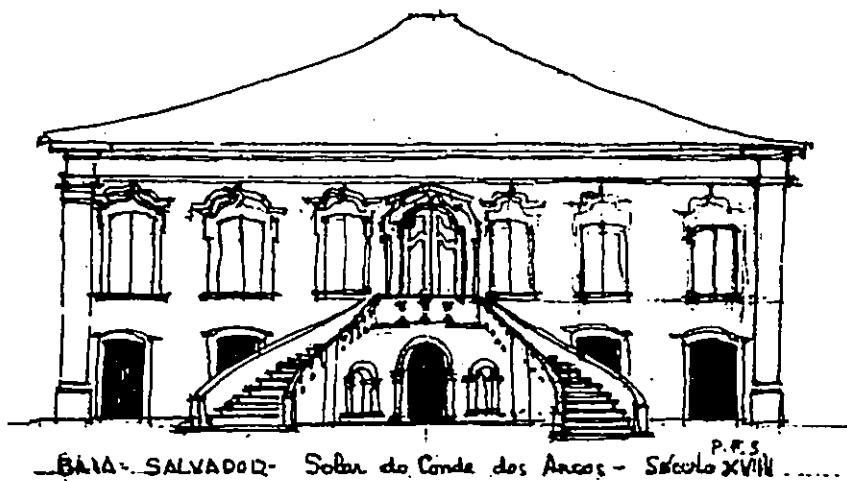
11. Mais um: o *URBAN DESIGN GROUP*, um núcleo de 15 jovens arquitetos de ambos os sexos, que trabalhava na COMISSÃO URBANÍSTICA de New York. Defendiam não apenas os pobres, mas toda a comunidade cidadina utilizada no interesse geral. Não lhes bastava reagir contra o *ESBANJAMENTO*, reagiam também elaborando contrapropostas. Daí decorriam ações positivas, que, em última instância controlavam e *DEMOCRATIZAVAM* as pessoas sobre as quais atuavam.

12. Foi muito importante o pronunciamento de PAUL DAVIDOFF: – A Urbanística reflete a cultura de que faz parte. É usada (nos E. Unidos), como

suporte da opulência econômica e da presente distribuição das possibilidades dos bens de serviço. Dada a injustiça de tal distribuição da riqueza, a Urbanística está a *serviço da desigualdade*: na legislação, na educação, na saúde pública. O REZONEAMENTO e renovamento urbano têm sido usados como instrumentos para manter a separação de classes e de raças. Reorientar a profissão, canalizar (no bom sentido) a revolta da juventude, eis o objetivo dos *advocates*.

13. A resposta dos estudantes foi imediata. Criaram a *NATIONAL ASSOCIATION OF STUDENTS PLANNERS ARCHITECTS* (NASPA), nomeando diretor um estudante negro de Harvard (?) University, GREGORY PENNISTON. Na mesma Universidade nasceu o grupo 2MJQ (iniciais dos fundadores), que se propunha a convencer todos os urbanistas e arquitetos negros a trabalhar nos GHETTOS para que sustentassem também no plano técnico, a batalha da autonomística da gente de cor.

14. Estes exemplos foram alinhados sem nenhuma sistemática e com o objetivo de abrir uma picada que acreditamos muito útil para um COMITÊ DE HISTÓRIA DA ARTE, porque visa mostrar em como os DIREITOS HUMANOS podem penetrar nesse campo – pelo menos para os que defendem o princípio da *arte interessada* (estamos nos referindo agora a outras manifestações artísticas)... O assunto fica em aberto para quem quer que queira abordar essas outras manifestações. Mas, o que pretendemos não para aí. E sim mostrar que é em nome explícito ou implícito da *humanização da arquitetura* que se estão dando as derrubadas de INSTITUIÇÕES que ontem pareciam intocáveis, e que hoje parecem obsoletas porque preocupadas apenas com as soluções técnicas e não com o Homem como centro de cogitações. As preocupações dos estudantes brasileiros, a par da desenfreada baderna que dava deplorável aspecto às suas manifestações, no fundo, excluídos os subversivos que se aproveitam da situação, alimentavam os mesmos ideais elevados e puros de defesa dos DIREITOS HUMANOS – “*pas le mot, la chose*” – Em outras palavras: a *Humanização da Arquitetura e do Urbanismo*. Seus ideais não eram diferentes dos ideais dos estudantes americanos.



15. A inquietação dos moços, seu inconformismo, sua irreverência, sua efervescência, como uma revoada de pássaros no lusco-fusco da madrugada, anunciavam e anunciam o alvorecer de um novo dia, um novo CICLO.

16. Quais serão as metas desse novo CICLO? É difícil ou quicá impossível prevê-las. Mas, pelo menos algumas já se esboçam mais claramente: a *HUMANIZAÇÃO DA VIDA*, que o *RACIONALISMO* e o *FUNCIONALISMO* da *ERA MAQUINISTA* minaram pelos alicerces. Luta pela *HABITAÇÃO DECENTE DO POVO*. Para dar a toda habitação, pelo menos:

- um chão que não seja de terra
- uma cobertura que não chova dentro
- instalações sanitárias dentro de casa em lugar de uma cloaca imunda no quintal (como acontece com 1/6 da população do Rio de Janeiro, população favelada)
- instalação de luz elétrica
- número de aposentos que evite a promiscuidade
- um quintalzinho onde possam plantar hortaliças
- um jardimzinho onde brote uma flor

E ainda:

- um ensino em que esses problemas tenham primazia e todos aqueles que se inscrevam nos *DIREITOS HUMANOS* visando a *COLETIVIDADE* sem desprezar os casos *INDIVIDUAIS*.

17. Terminamos citando GROPIUS em vários dos seus pronunciamentos insistentes de fim de vida. Inclusive na conferência que pronunciou em S. Paulo quando recebeu o grande prêmio da BIENAL e o título de Doutor Honoris-Causa da Universidade do Brasil.

“Tive ampla oportunidade de observar – disse ele –, depois de uma viagem de um ano pelo mundo, o impacto da nossa civilização ocidental sobre os países que estão em recente evolução de um passado bastante feudal ou colonial, rumo à estrutura agora familiar de uma *SOCIEDADE MODERNA*, industrializada. E esta esteve longe de ser uma experiência reconfortante. Por toda parte o impacto da *ERA MAQUINISTA* criou tanta confusão que as desvantagens da conversão foram muito mais evidentes do que as vantagens. Cada vez mais me convenço de que as nossas sociedades individualizadas fracassaram, até agora (ele falava na década de 50), no seu intento de dar uma orientação nesse sentido, não tendo sido capazes de humanizar nossa vida, integrando nossas legítimas necessidades emocionais com o nosso conhecimento do homem e nossas descobertas técnicas”. E terminou por exaltar a unidade de espírito que reinava no tempo do carro de boi e que hoje não mais existe, citando Ouro Preto.

Recebido em 13 de janeiro de 1989.